

Izadora Xavier do Monte
École des Hautes Études en Sciences Sociales

O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais

Resumo: O artigo reúne e discute as abordagens feministas para as Relações Internacionais. O encontro entre os campos dos Estudos de Gênero e Relações Internacionais data de pouco mais de duas décadas, e representa um movimento simultâneo ao do surgimento do chamado “terceiro debate” em RI. Dessa forma, pretende-se, além de discutir a aplicação do gênero como categoria de análise para as relações internacionais, argumentar que essa aplicação está intimamente ligada às críticas às teorias convencionais de RI que surgem no contexto do terceiro debate.

Palavras-chave: gênero; relações internacionais; teoria de Relações Internacionais; pós-positivismo.

Copyright © 2013 by Revista Estudos Feministas.

Introdução

¹ O uso de maiúsculas e minúsculas serve para diferenciar “relações internacionais”, gama de fenômenos, de “Relações Internacionais”, disciplina ou campo de estudos.

A aproximação entre os Estudos de Gênero e as Relações Internacionais¹ acontece no contexto do chamado “terceiro debate” em RI. Este artigo tratará da trajetória desse encontro a partir da perspectiva das RI. O objetivo será, além de construir um panorama das diversas abordagens feministas para as relações internacionais, demonstrar a forma pela qual o surgimento da reflexão pós-positivista em RI será responsável por abrir o espaço, na disciplina, necessário à aplicação do gênero como categoria de análise.

Inicialmente, para construir essa trajetória, é preciso esclarecer quais são os termos do terceiro debate em RI, e como um dos seus polos, o pós-positivismo, representa uma ruptura com as formas anteriores de construção de conhecimento na área. De fato, esta é a principal característica do pós-positivismo: a crítica aos esforços teóricos anteriores em RI, desinteressados em incluir em suas análises as variáveis relativas à dimensão social dos fenômenos internacionais.

Assim sendo, o terceiro debate representa um desafio à hegemonia do pensamento chamado positivista, que se prolongou da década de 50 até meados dos anos 80 e, pode-se dizer, ainda compõe o centro da disciplina. Caracteriza o positivismo, em RI, a utilização de métodos e pressupostos retirados do liberalismo clássico e da ciência econômica para estabelecer leis gerais da política internacional. São duas as principais correntes positivistas: realistas e liberais. Ambas partem da consideração básica de que o sistema internacional se organiza anarquicamente, isto é, não há autoridade acima dos Estados. A soberania, a norma que garante aos Estados a autoridade última sobre seu próprio território, é a origem dessa forma de organização. Em consequência, realistas defendem que a anarquia internacional, a necessidade de cada ator estatal garantir a sua própria segurança na ausência de uma autoridade superior e central, resume as possibilidades de relacionamento entre Estados, relegando-os a uma competição constante por poder, medido em termos de quantidade de recursos militares e/ou econômicos, e controle territorial. Liberais argumentam que, partindo dos mesmos pressupostos de racionalidade dos decisores e interesse na garantia de segurança da comunidade política, e mantendo a mesma preocupação com questão de custos e benefícios da ação, ainda assim, em condições particulares e específicas,² são possíveis certos laços de cooperação entre os países.

Desde o fim da Guerra Fria, no entanto, uma "virada construtivista" responde pelo surgimento de abordagens que propõem uma maior preocupação com a "construção social da política mundial". Os teóricos dessa virada construtivista criticam, principalmente, o entendimento de correntes liberais e realistas do sistema internacional como um sistema que pode ser explicado a-histórica e a-socialmente, definido pela competição por recursos materiais e pela racionalidade dos decisores estatais. Teóricos pós-positivistas, em RI, serão aqueles que buscam entender as normas e instituições a partir das quais agem os Estados. Pós-positivistas cogitam mesmo a existência de "identidades estatais", construídas entre atores domésticos e externos, e que impactam as tomadas de decisão em política externa.

Dessa forma, o terceiro debate, essencial para a compreensão da forma pela qual gênero passa a ser uma categoria relevante no pensamento em Relações Internacionais, é a discussão entre positivistas e pós-positivistas, entre os defensores de uma abordagem mais economicista e os de uma abordagem mais sociológica para a explicação dos fenômenos internacionais.³

O artigo organiza-se da seguinte forma. Primeiro, sondaremos as discussões sobre a dimensão social do

² Nomes importantes do liberalismo, Robert Keohane e Joseph Nye, criticam a visão realista porque acreditam que ela não considera uma condição importante e específica do momento contemporâneo do relacionamento entre os Estados, que eles chamam de "interdependência complexa" – o aprofundamento e multiplicação de laços que conectam países, significando a diminuição em importância dos assuntos militares, ou, pelo menos, uma hierarquização mais difícil entre assuntos militares, econômicos, técnicos e mesmo culturais. Ver KEOHANE e NYE, 1997.

³ Convencionalmente, dois outros debates marcariam a evolução da disciplina. O primeiro seria entre

"idealistas" (ou institucionalistas) e realistas, no pós-Primeira Guerra. O maior exemplo da primeira corrente seria o presidente estadunidense Woodrow Wilson. Diante dos efeitos devastadores da Grande Guerra, Wilson defendia uma versão do federalismo kantiano, defendendo que, pelo primado da racionalidade, organizando os líderes mundiais em uma instituição como a Liga das Nações, chegaríamos ao fim dos grandes conflitos entre Estados. E.H. Carr, junto com Hans Morgenthau, seriam nomes-chave do realismo. Em oposição a Wilson, estes argumentavam que a busca por poder e o autointeresse, as características básicas da política internacional, tornam fútil a tentativa de pôr um fim definitivo aos conflitos internacionais. O importante seria o gerenciamento desses conflitos a partir de uma análise informada pelo reconhecimento dessas características básicas. Definir o segundo debate é mais controverso. Ele pode ser entendido como a controvérsia metodológica entre defensores de métodos quantitativos e os defensores da historiografia como método próprio das RI. Estes últimos são comumente identificados entre os membros da Escola Inglesa de RI, cujos vértices são Hedley Bull e Martin Wight. No entanto, o segundo debate é mais comumente caracterizado como a disputa entre neoliberais e neorealistas, que atinge seu ápice nos anos 1980. Seus principais nomes são o do neorealista Kenneth Waltz e o do neoliberal Robert Keohane. São estas duas últimas correntes que as feministas identificam como atualmente hegemônicas na disciplina. Apesar de, como dito, terem divergido sobre os resultados da interação entre Estados e sobre o significado de instituições e da cooperação internacional, o fato de que as duas correntes compartilham pressupostos faz com que o segundo debate seja frequentemente descrito como "síntese" – não propriamente um debate, mas uma convivência entre duas

internacional e, a partir da demonstração das interconexões entre dinâmicas da política internacional e uma "vida social internacional", passaremos à análise das formas como o gênero é parte dessas dinâmicas, ao mesmo tempo sociais e políticas. Ou seja, após a discussão das correntes pós-positivistas em RI, partiremos para o debate das formas pelas quais as normas de gênero estão presentes nas relações da vida social internacional – as múltiplas abordagens feministas em RI. Esse é, propriamente, o ponto de encontro entre as Relações Internacionais e os Estudos de Gênero. O encontro reflete em si a complexidade dos dois campos e, veremos, é naturalmente impactado pelo momento no qual se encontram os Estudos de Gênero, aquilo que usualmente conhecemos como terceira onda feminista.

Finalmente, teremos um panorama teórico de apoio à afirmação de que o gênero é uma categoria de análise de grande valor para a disciplina de RI.

1 O social, o linguístico e as "viradas" na teoria de Relações Internacionais – o terceiro debate

Nas Relações Internacionais, convencionou-se chamar "construtivistas" os primeiros autores que se identificavam como teóricos da construção social da política mundial. Os principais nomes desse primeiro momento do terceiro debate são Alexander Wendt, Nicholas Onuf e Friederich Kratochwil. No entanto, a partir da publicação do trabalho desses autores, as críticas aos pressupostos do positivismo em RI multiplicam-se. O pós-positivismo em Relações Internacionais se torna mais complexo e o termo "construtivista", disputado.

Analisar as obras de Wendt, Onuf e Kratochwil serve tanto para esclarecer o que é construtivismo, quanto para entendermos os limites entre positivismo e pós-positivismo. Partimos desses três autores, em adição, para desenharmos os contornos que distinguem as diferentes abordagens pós entre si e superar a identificação entre pós-positivismo e construtivismo, comum na literatura de RI.

Para fugir à tendência geral, entre cientistas de RI, de estabelecer o construtivismo como "rubrica geral" para uma variedade de abordagens pós, recorreremos a Maja Zehfuss.⁴ Zehfuss rejeita essa tendência. Em sua análise dos principais nome do construtivismo, a autora tenta esclarecer de que forma o construtivismo não seria a epítome da reflexão pós-positivista, mas um meio-termo entre as abordagens racionalistas e posições ainda mais radicais – pós-modernos, teoria crítica, pós-colonialistas e mesmo feministas.

explicações que podem ser harmonizadas.

⁴ ZEHFUSS, 2002.

Ainda que a posição de Zehfuss, explicitamente influenciada pelo pensamento de Jacques Derrida, seja pouco comum entre os teóricos de RI, ela tem a vantagem de esclarecer como o terceiro debate é amplo, estando nessa amplitude incluídas as feministas, e não está restrito ao pensamento daqueles primeiros autores construtivistas citados. Logo, seguindo a lógica de Zehfuss, a explicação do pensamento dos construtivistas é apenas plataforma para a compreensão de outros temas e abordagens pós-positivistas, sempre em perspectiva com a compreensão final que queremos formar sobre gênero e relações internacionais.

Alexander Wendt inaugura o construtivismo com a elaboração do conceito de *identidades estatais*. Estas seriam pensadas a partir de duas premissas do interacionismo simbólico: a) atores agem com base nos significados que objetos e outros atores oferecem a eles; b) esses significados não são inerentes, mas resultado do processo de interação. Dessa forma, a anarquia internacional não seria uma consequência necessária do sistema de autoajuda, mas uma instituição desenvolvida e sustentada pelo processo do relacionamento entre Estados. A partir da construção de identidades, Estados definem o *tipo* de anarquia e o ambiente de segurança que vão prevalecer nas relações internacionais. O neorealismo defende que o principal componente da soberania é a autoajuda: devido à ausência de autoridade central, o sistema internacional assemelha-se ao estado de natureza hobbesiano, em que cada unidade deve buscar autossuficiência e acúmulo de poder, a fim de garantir sua própria sobrevivência. No entanto, Wendt defende que, na formação da soberania, mais variáveis estão incluídas do que apenas o cálculo racional cru da sobrevivência e autossuficiência. O processo histórico de relacionamento entre Estados permite que interesses estatais e relacionamentos interestatais se sofisticem. Outros níveis de anarquia são possíveis, além do hobbesiano. Uma das possibilidades é a “anarquia kantiana”, algo como o relacionamento EUA-Canadá: corresponde a uma identificação coletiva, na qual interesses são calculados com base em sentimentos de solidariedade, comunidade, lealdade e maior nível de agregação. “Identidades autointeressadas não vão ser necessariamente substituídas por identidades coletivas, mas a cooperação pode modificar a identidade dos atores, além da estrutura de ‘recompensas’, e, em consequência, o ambiente de segurança prevalecente”.⁵ Algumas abordagens que veremos na próxima seção defendem que o gênero influencia a formação da identidade estatal, de maneira análoga ao que acontece com os indivíduos, servindo à explicação de determinadas formas de relacionamento entre os Estados.

⁵ WENDT apud ZEHFUSS, 2002, p. 15.

⁶ ONUF, 1989.

Outro importante autor, um dos primeiros a subscrever ao projeto de elaboração de uma “teoria social de Relações Internacionais”, é Nicholas Onuf. Para Onuf,⁶ entender a construção social da política mundial passa pela aplicação de uma metodologia genealógica. De acordo com os preceitos de Michel Foucault, seria preciso uma análise da formação histórica do discurso, do conhecimento e do poder no campo das RI, o que Onuf busca fazer em seu livro *World of Our Making*. O principal problema para o autor é explicar o funcionamento da realidade social das relações internacionais sem uma ordem centralizada. Para isso, Onuf se propõe à análise das regras que constituem o sistema internacional, baseando-se no trabalho de Ludwig Wittgenstein sobre jogos de linguagem e a relação entre *linguagem* e teoria social. Para Onuf, existem três tipos de regras sociais, a que correspondem três tipos de *atos de fala*: instrução, direção e compromisso; a que correspondem atos de fala assertivos, diretivos e de compromisso, respectivamente. Os primeiros tratam de informações sobre como são as coisas: a mesa é de madeira, o carro está parado. Os segundos são comandos e ordens: suba na mesa, dirija o carro. As últimas falam de promessas e recompensas: você ganhará sobremesa se tirar a mesa, ou será multado, caso vá com o carro acima do limite de velocidade estabelecido.

Para dar sentido às relações internacionais, é preciso pensar que os atos de fala, e as regras que dele decorrem, são usados para estruturar nossas relações e agir na solução de problemas de ordem política. Dessa forma, o funcionamento descentralizado do sistema internacional é explicado por três possibilidades de organização, que seguem as categorias anteriormente expostas: hegemonia, heteronomia e hierarquia. A hegemonia é um caso de instrução, no qual princípios são promulgados e manipulados por alguns atores, monopolizando o significado das regras, subsequentemente impostas aos atores subordinados; a hierarquia é uma forma de organização derivada de regras diretivas, associadas a um sistema jurídico, formal, de normas internacionais. *Heteronomia* trata de um tipo de organização baseada em promessas e compromissos. A heteronomia é particularmente interessante para Onuf. Formalmente, oferece uma aparência dialógica igualitária para o relacionamento, mas, de fato, encobre a distância entre a suposta autonomia dos atores no cenário internacional – todos são igualmente soberanos – e a subordinação e superordinação que organiza o sistema – os recursos a que cada Estado tem acesso são distintos. Olhar as relações de promessas e compromissos entre os Estados permitira o estudo dessa distinção. Para Onuf, a política mundial é exatamente o estudo das formas pelas quais potências mantêm seu poder pelo recurso não apenas à

violência, mas também a símbolos – é essa relação entre materialidade e imaterialidade do poder a base da heteronomia das relações internacionais. Mais uma vez, retomaremos a importância dos símbolos e sua relação com o exercício do poder quando falarmos dos feminismos em RI.

Finalmente, Frederich Von Kratochwil. Kratochwil é particularmente crítico à adoção da noção de *racionalidade instrumental* por neoliberais e neorealistas. Tentativas de eliminar elementos de valoração e interpretação, para tornar as análises mais objetivas, levariam a uma má conceituação da *práxis* humana, o que exclui das análises questões interessantes sobre os fins que se buscam na própria realização dessas análises.

Kratochwil defende, em linha com a teoria da ação comunicativa, de Jürgen Habermas, um critério para racionalidade a partir de seu uso comum, em oposição ao conceito econômico. Uma ação poderia ser dita racional quando fosse possível justificar agir de certa maneira, como comumente justificamos algo ao dizer que tal ação “faz sentido”; incluindo, nessas possíveis justificativas, considerações normativas. Definir algo como racional seria endossá-lo em termos normativos, reconhecer a existência de um sentimento moral que o permite. Kratochwil busca criticar o objetivismo das abordagens positivistas de RI ao compreender a política como ação significativa, em vez de puramente instrumental.

Contudo, para que a ação seja significativa, justificável, ela precisa acontecer em um contexto intersubjetivo compartilhado, mediado por regras e normas. Estas são essenciais na abordagem de Kratochwil. No caso de problemas sociais, não há soluções logicamente necessárias; todas as soluções são afirmações de validade construídas por meio do discurso. A questão principal é entender como regras e normas são convincentes, como elas conseguem reunir apoio – para isso, Kratochwil explora formas jurídicas de arazoamento. Sua conclusão é de que, não por cálculo quase matemático, mas apenas quando aproximados de um ponto de vista moral, argumentos de fato são acordados e transformados em soluções, caso da prática política.

Narrativas, como justificativas para certos cursos de ação, são importantes para entender a política, sob esse ponto de vista. De acordo com Kratochwil, narrativas localizam os temas em questão, no que diz respeito aos significados compartilhados, oferecendo as ligações para a argumentação. “Um fato supostamente objetivo não é algo sendo descrito, é antes a validade intersubjetiva de uma caracterização com a qual pessoas razoáveis podem concordar”.⁷ Problemas políticos não têm apenas uma solução possível, ainda que sejamos capazes de reconhecer

⁷ ZEHFUSS, 2002, p. 17.

argumentos mais ou menos persuasivos – a escolha entre uns e outros tampouco é apenas dependente de cálculos de utilidade individual. Normas e regras, organizadas narrativamente, estão sempre presentes, condicionam estratégias e definem o critério de racionalidade, porque estabelecem os significados intersubjetivos que permitem que atores dirijam suas ações uns aos outros, comuniquem-se, critiquem e justifiquem-se. A crítica feminista em RI, como veremos, está em linha com o pensamento de Kratochwil e trabalha exatamente sobre o ponto de interação entre o uso do conceito de racionalidade em RI e narrativas sobre a relação entre política, masculinidade e feminilidade.

Não obstante o peso oferecido por esses autores à dimensão social do internacional, como afirmado inicialmente, Zehfuss critica-os porque, para ela, eles comprometem a posição de ruptura que dizem ter em relação à teoria convencional de RI na medida em que ainda aceitam a premissa de uma realidade material que interage com os sistemas de significado. A aceitação de uma realidade anterior atenuaria a crítica construtivista e abriria espaço à reafirmação de posições tipicamente positivistas sobre o autointeresse e os cálculos racionais dos decisores como dados materiais da realidade, realidade resistente a significados construídos e que as teorias de RI devem analisar isenta e objetivamente.

Baseada em Derrida, a autora afirma que o que falta ao pensamento construtivista, em relação às demais abordagens pós, é voltar-se à crítica do próprio conceito de realidade, dessa realidade material e anterior, impermeável à construção social. Afirmar sobre o que define a realidade serviriam apenas para naturalizar aquilo que é construído socialmente. As próprias discussões, em RI, sobre o que tem prioridade – a cooperação ou o conflito, o cálculo racional ou normas internacionais – seriam uma demonstração da impossibilidade de declarações absolutas sobre o conteúdo da realidade.

Contudo, o que Zehfuss pretende como ruptura principal entre positivismo e pós-positivismo não é a negação da realidade, mas a compreensão de que mesmo afirmações mais básicas sobre ela estão imersas em poder. Representações não são mais importantes que o real e o real não pode ser construído a partir do que desejamos. Porque o contexto, no entanto, é ilimitado, ele não pode ser controlado. Esses são os termos do debate para aqueles que, segundo Zehfuss, constituem o polo oposto ao racionalismo.

Afirmar sobre “levar em conta” a realidade, nesse caso, são problemáticas, porque obscurecem nosso envolvimento com sua construção, permite que se atribua responsabilidade às circunstâncias. Quando a realidade é

tratada como dado, a questão se torna aplicar conhecimento. Em Derrida, o que está em jogo, quando se tomam decisões sobre o que é a realidade, é a *responsabilidade*. Sem o apelo à realidade, toda escolha é uma situação que não oferece uma única resposta, racional e satisfatória. A questão da responsabilidade surge quando experimentamos o limite da nossa habilidade de controle, o limite do nosso conhecimento, o limite da nossa capacidade de satisfazer demandas éticas contraditórias. Em defesa do pós-modernismo, Zehfuss afirma que indivíduos têm dificuldade de tratar com essas abordagens porque elas interferem com padrões arraigados de pensamento, não oferecem regras claras para o comportamento, nem segurança suficiente. Para Derrida, a insegurança é positiva e torna a responsabilidade possível. Os pós-modernos, na linha derrideana, são os antagonistas dos racionalistas ao antagonizarem a segurança oferecida por padrões racionais – segui-los, ou declarar estar agindo cientificamente, é fugir da responsabilidade que temos, como construtores da realidade.

Em RI, são importantes teóricos pós-modernos Richard Ashley, R.B.J Walker e David Campbell,⁸ cujos projetos teóricos estão na avaliação das teorias de RI “como discursos de poder ou modos de interpretação sem os quais o poder não pode ser exercido, e não como representações de um mundo real, externo a esses discursos”.⁹ As distinções teóricas construídas entre o doméstico e o internacional, entre a anarquia e o Estado são vistas não apenas como descrições, mas como meios de legitimação das práticas de guerra, hegemonia, balança de poder, entre outros, distanciando-nos de quaisquer ações efetivas no sentido de construção de diferentes relações entre Estados: por exemplo, fortalecendo o direito internacional.

Ashley questiona as dicotomias às quais recorremos em nossas explicações sobre as RI, baseadas em polos de oposição hierárquicos usados para justificar a ação. A questão das dicotomias hierarquizantes é muito cara também às feministas, que acreditam que o pensamento moderno ocidental, fundamentado nessas oposições, constrói significados e justifica-se racionalmente pelas interrelações estabelecidas entre diferentes pares de opostos. A distinção masculino/feminino tomaria parte, com frequência, dessas construções de significado. As implicações dessas relações são discutidas na próxima seção.

Outra crítica pós-moderna que também permite a aplicação do gênero é a discussão sobre a “prática heroica do Estado”. Segundo Ashley, os opostos binários tornam-se explicações racionais apresentadas como lógicas e naturais a partir da sua localização dentro de estruturas narrativas. A principal, no caso das RI, seria a diferenciação anarquia/

⁸ Outro importante nome, não citado aqui, porque se posiciona um pouco mais distante das teorias que têm pontos de contato com o feminismo, é James Der Derian. Der Derian segue bem de perto a linha derrideana de estudo das representações – para ele, as RI acontecem, cada vez mais, em espaços virtuais. A relação entre realidade e simulação tem se tornado mais complexa, principalmente nos campos da guerra e da violência. As guerras do Golfo e demais intervenções internacionais em andamento, operadas à distância, seriam as principais instâncias dessas dinâmicas. Ver James DER DERIAN, 1992.

⁹ Nizan MESSARI e João Pontes NOGUEIRA, 2005, p. 196.

soberania pela afirmação da soberania estatal como espaço de segurança e sobrevivência, em contraste com o perigo e violência do extraestatal, anárquico. O Estado constrói a ideia de segurança dentro do seu espaço doméstico por essa manobra discursiva, essa narrativa “heroica”, que serve também para negar as diversas violências estruturais que existem no âmbito do Estado e do qual ele é com frequência protagonista. De maneira semelhante, Campbell se preocupa como o Estado estabelece sua identidade pelo produção da diferença em relação ao outro a partir do estabelecimento de fronteiras. A “produção” do outro como tal seria parte integrante da política externa dos Estados nacionais.

Outra corrente pós-positivista, na linha da ruptura radical que propõe Zehfuss, mas com suas próprias características, é a corrente tributária do pensamento crítico da Escola de Frankfurt. Atualização do pensamento marxista, buscando fugir das dimensões mais deterministas e economicistas dessas análises, a teoria crítica em RI vê o realismo como uma teoria tradicional de solução de problemas. Os principais nomes da teoria crítica em RI são Robert Cox e Richard Linklater, para quem “a falta de interesse do realismo por processos de mudança reflete seu conservadorismo e sua preferência por uma ordem mundial dominada por um pequeno número de Estados poderosos”.¹⁰ Como outras teorias pós-positivistas, teóricos críticos em RI afirmam que esse posicionamento histórico e político do realismo é negado por ele mesmo no momento de definição de seus pressupostos de racionalidade e análise objetiva da natureza do internacional. Em oposição, teóricos críticos estariam preocupados em estudar os processos de mudança e produzir análises que ajudem revisões do sistema promotoras de relacionamentos mais justos e igualitários. Os teóricos críticos em RI procedem, dessa forma, à aplicação do conceito de hegemonia, de Antonio Gramsci, às RI; ao foco nas dinâmicas da globalização, da transnacionalidade da produção; ao pensamento sobre as formas de estabelecer princípios éticos universais que possam guiar a ação dos Estados. Pensar a mudança, o estabelecimento de princípios éticos para o relacionamento entre Estados e as dinâmicas transnacionais são temas que voltaremos a discutir, porque estarão presentes também nas discussões sobre gênero e RI.

Concluindo a análise das principais abordagens pós-positivistas em RI, vimos que o posicionamento de Zehfuss esclarece muito a respeito do pensamento dos principais nomes do construtivismo em RI. Contudo, discordarei da autora. Não considero, da mesma forma que ela, a posição de autores como Onuf, Wendt e Kratochwil como uma área cinzenta entre o positivismo e o pós-positivismo. O compro-

¹⁰ MESSARI e NOGUEIRA, 2005, p. 141.

misso, em alguma medida, com uma realidade *a priori* torna-se ponto de fratura inegociável sob o prisma derrideano de Zehfuss. Para mim, no entanto, a quebra com o racionalismo estrito de neoliberais e neorealistas não requer, necessariamente, o alinhamento com o contextualismo radical de Derrida, a partir do qual Zehfuss constrói sua crítica e estabelece sua classificação. Do ponto de vista mais amplo da disciplina, as “viradas” que inauguram o terceiro debate são tributárias do pensamento de construtivistas que, inevitavelmente, estão junto às demais correntes “pós” do terceiro debate. Se alguma concessão a uma realidade material indisputável é feita, marcando uma distinção importante entre construtivistas, pós-modernos e críticos, por outro lado, a crítica ao racionalismo e ao economicismo reúne de novo todos esses autores na mesma linha de preocupações. É importante entender que nem todos os pós-positivistas são construtivistas. Para isso, no entanto, não é necessário privar os construtivistas do seu espaço no lado “pós” do terceiro debate.

Estabelecida a importância dos pós-positivistas em RI, seu lugar na disciplina e sua relação com as correntes mais convencionais, cabe sondar as principais abordagens feministas em RI. Estas buscam, em desenvolvimento paralelo ao dos pós-positivistas, relacionar o gênero às relações internacionais. A próxima seção procura mostrar como a teoria feminista vai fazer parte das viradas sociológica e linguística das RI. Feministas acabam inevitavelmente do lado pós-positivista do debate por priorizarem, da mesma forma que construtivistas, pós-modernos e teóricos críticos, as relações entre poder e conhecimento e a importância da linguagem, regras e identidades para as relações internacionais. A tudo isso acima discutido, adicionaremos agora uma especificidade – a aplicação do gênero como categoria de análise, incluindo no campo das RI uma miríade de temas até recentemente ignorados.

2 Feminismos e RI

Abordagens que usam o gênero como categoria de análise no estudo das relações internacionais procuram, nas instituições e normas do sistema internacional, explicações para a assimetria nas relações entre os gêneros e instâncias de constituição de identidades de homens e mulheres. Em adição, as abordagens feministas têm em comum o fato de incluir no seu projeto científico uma dimensão política – não apenas de superação da opressão feminina, mas também de construção de uma ordem internacional mais justa, na qual hierarquias, de gênero, classe ou raça, não estejam presentes. Métodos e foco das análises variam – o uso do

gênero como categoria de análise continua sendo o fio de ligação entre elas.

¹¹ PETERSON e RUNYAN, 1999.

V. Spike Peterson e Anne S. Runyan¹¹ identificam duas possibilidades de trabalhar o gênero como categoria de análise nas RI. A primeira é chamada *posição das mulheres*; a segunda, *poder do gênero*. A primeira é própria das feministas que primeiro se engajaram na reflexão sobre as mulheres em RI, ou melhor, na reflexão sobre a ausência e marginalização das mulheres nos espaços considerados pelas teorias tradicionais como próprios da disciplina. Essas foram as feministas que passaram a buscar as mulheres, indivíduos, nas margens e nos espaços anteriormente impensados e impensáveis como parte das relações internacionais. Segundo Peterson e Runyan, essas seriam as *feministas de ponto de vista*.

As autoras, contudo, apontam que a maior parte das feministas emprega o pós-positivismo para não apenas localizar as mulheres em suas posições marginais e/ou subordinadas, mas também para demonstrar como essas posições estão ligadas ao *poder do gênero* – gênero como um sistema de símbolos, empregados para interpretar a realidade e fixar significados, servindo, conseqüentemente, não apenas como uma categoria de classificação e forma de diferenciação de indivíduos, mas também como um guia para as nossas ações. Essa conceituação de gênero inverte a visão tradicional sobre a relação entre indivíduos e suas identidades de gênero. O senso comum compreende que indivíduos agem de determinadas formas como resultado de suas características biológicas e anatômicas. No entanto, quando pensamos na diferenciação entre masculino e feminino não como resultado da biologia, mas como um sistema de símbolos sociais definidores do masculino ou feminino, passamos a entender que são estes símbolos, socialmente interpretados como decorrentes dos sexos biológicos, que impelem os indivíduos a se comportarem de maneira socialmente entendida como condizente com sua anatomia. Quando compreendemos que a diferenciação entre masculino e feminino não é apenas uma característica individual, mas um conjunto de normas e significados que perpassa os indivíduos, ao mesmo tempo que oferece a esses elementos para a construção de suas identidades, podemos entender o gênero como categoria também presente em discursos e instituições, e em diferentes níveis da vida social – inclusive no nível internacional. É exatamente o gênero como categoria para além do individual o foco das feministas preocupadas com o poder do gênero, ou, como dizem Peterson e Runyan, “com a construção política dos gêneros”.¹² Essas feministas estarão interessadas nos movimentos da política internacional que contribuem na construção e

¹² PETERSON e RUNYAN, 1999, p. 26-27.

manutenção de formas de pensamento marcadas pela dicotomização masculino/feminino e nas normas e instituições que se estruturam a partir dessa dicotomização, servindo de base para a organização da atividade social e modelo para interpretação da realidade, além de guia para comportamentos individuais.

A construção política dos gêneros implica uma valorização superior do masculino e das atividades masculinas e resulta em uma organização da atividade social e política hierarquizada, fazendo com que identidades e atividades que são concebidas como próprias dos homens, ou de características masculinas, tenham maior prestígio, diante de identidades e atividades associadas às mulheres ou a características tidas como femininas. Essa hierarquização é uma construção política, na medida em que distribui poder, autoridade e recursos de forma a privilegiar os homens (ou indivíduos associados à masculinidade) – o acesso das mulheres aos recursos, ao poder e à autoridade é, por isso, desigual e desprivilegiado.

Dessa forma, vemos que, apesar da diferenciação didática feita por Peterson e Runyan, o poder do gênero está intimamente ligado à posição das mulheres. Esse seria o caso com a exclusão tradicional das mulheres da alta política, espaço entendido como *loci* por excelência das relações internacionais. A construção dessa esfera como esferas de alto prestígio estaria intimamente ligada à sua construção como uma esfera tipicamente masculina. A difícil inclusão das mulheres nessa esfera, fato ainda expressivo nas RI, seria resultado dessas dinâmicas.¹³

As diferenças de gênero no acesso a recursos, poder e autoridade afetam a *posição das mulheres* na sociedade; por outro lado, o *poder do gênero* se relaciona às maneiras, pouco comuns em RI, de pensar como nossas formas de ver e interpretar o mundo estão delimitadas pelo gênero. Certas normas e instituições são responsáveis pelas formas como somos socializados nas hierarquias de gênero, como internalizamos pressupostos culturais e os definimos como parte de nossas identidades. O controle social que garante essa internalização é feito pela família, pelas leis, pelo mercado, pela coerção física e, também, pela organização do sistema internacional. Estereótipos naturalizam e justificam estruturas sociais hierarquizadas e são políticos na medida em que significam a reprodução de relações de poder. Gênero é importante não apenas porque define as relações de poder entre homens e mulheres, mas porque também condiciona o nosso pensamento a funcionar a partir de dicotomias hierarquizadas que legitimam formas múltiplas de dominação em diversas esferas sociais. É a ideia de poder do gênero, afinal, que fará a ligação entre os Estudos

¹³ As mulheres representam hoje, aproximadamente, 7,3% dos chefes de Estado, de acordo com relatório de 2010 das Nações Unidas – *The World's Women 2010: Trends and Statistics*, disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/emographic/products/Worldswomen/WW2010pub.htm>, acesso em: 21 abr. 2011.

de Gênero e as Relações Internacionais, como veremos agora. Categorias pós-positivistas já trabalhadas na seção anterior serão agora vistas pelo prisma das abordagens feministas para as RI: abordagens que adaptam a aplicação do gênero como categoria de análise às identidades estatais, normas do sistema internacional e críticas da construção teórica e elaboração de conceitos.

Segundo J. Ann Tickner, normas de masculinidade estão presente na definição das identidades e, conseqüentemente, dos comportamentos estatais. Para ela, o conceito de masculinidade hegemônica, referente a certas "ideologias de virilidade", tem muito a explicar sobre decisões em política externa. A masculinidade hegemônica é "um tipo ideal de masculinidade, repleto das características tidas como masculinas, mas às quais poucos homens de fato se conformam".¹⁴ Estamos falando das características do modelo ocidental de masculinidade baseado na agressão, competitividade, afirmação da autonomia. Curiosamente, todas essas características se alinham com alguns conceitos centrais para a explicação do comportamento estatal das abordagens positivistas: o conflito como resultado da busca autointeressada por segurança, o equilíbrio de poder como resultado da competição entre Estados, a definição de anarquia como a característica central do sistema baseado na soberania (autonomia dos Estados em relação a uma autoridade central).

Tickner justifica essa identificação a partir da presença historicamente majoritária de homens nas altas esferas decisórias. De fato, sua sugestão para modificar as dinâmicas conflitivas das RI está na busca pela inclusão de um *ponto de vista* distinto na produção de teoria e na formulação política, o que seria diferente da defesa da inclusão de mulheres individuais.

A progressiva, ainda que tímida, inclusão de mulheres nas altas esferas decisórias, nas últimas décadas, demonstra que a presença delas nesses espaços não implica necessariamente uma alteração dos comportamentos estatais. Como apontam Peterson e Runyan, é comum que mulheres em posições de poder adotem uma atitude masculinizada para se adaptar melhor às demandas do contexto da alta política, o que apenas reforça a ideia de que gênero não é apenas um atributo pessoal, mas também de instituições. Logo, a questão seria incluir um diferente ponto de vista, e não apenas mulheres. Apesar de reconhecer essa distinção, ela será, em Tickner, bastante frágil. Na esteira da tradição maternalista de Sara Ruddick,¹⁵ Tickner defende que, historicamente, a socialização feminina faz com que mulheres estejam mais ligadas ao comunitário, à cooperação, à não hierarquização. Tickner coloca tanto peso sobre a socialização que a relação entre ponto de vista feminino e

¹⁴ TICKNER, 2001, p. 15.

¹⁵ Ver Sarah RUDDICK, 1992.

indivíduos mulheres se torna praticamente inexistente – ignorando a dinâmica de inclusão “genericada” descrita por Peterson e Runyan.

Em adição, afirmar como feminino aquilo que é cooperativo e não hierárquico pretende valorizar o feminino socialmente, mas também serve para reificar estereótipos femininos tradicionais, invisibilizando todas as experiências femininas (e mesma as masculinas) que não correspondem ao ponto de vista que foi estabelecido como “próprio” daquele gênero. A crítica que a autora sofre das próprias feministas em RI vai ao encontro do pensamento, impactado pelo pós-estruturalismo, da terceira onda feminista. Em adição, essa crítica demonstra que, apesar de terem sido importantes como ponto de partida para a reflexão sobre gênero em RI, as abordagens de posições das mulheres, ou ponto de vista, precisam ser acompanhadas por reflexões a respeito do poder do gênero.

Um outro grupo de feministas também acompanha o início do pensamento sobre gênero em RI. Feministas liberais têm um foco na reversão das desigualdades e hierarquias muito mais prático que teórico. De acordo com essa corrente, a opressão das mulheres é função das barreiras legais do Estado, que impedem a realização de direitos individuais. O surgimento das demandas de feministas liberais, fora de RI, é ligado às revoluções burguesas do século XVIII, buscando, porém, estender às mulheres os direitos políticos e civis restritos apenas aos homens. Essa busca por extensão dos direitos masculinos às mulheres faz com que liberais vejam o Estado como agente potencial de promoção da igualdade. Apesar de ele se engajar em práticas discriminatórias, seria a autoridade mais apropriada para garantir os direitos das mulheres.

O contexto histórico de seu surgimento responde pelos compromissos epistemológicos positivistas que as feministas liberais assumem. Com efeito, elas perturbam a classificação aqui proposta, pois compartilham uma série de pressupostos positivistas e creem que a constituição das RI como ciência tem sido enviesada, mas que a crítica à teoria convencional não precisa ser tão aprofundada quanto propõem os pós-positivistas: a adição das mulheres ao quadro epistemológico do pensamento convencional seria suficiente como “correção de rumo” das RI.

Feministas radicais vão se opor às liberais e suas afirmações de que as únicas barreiras presentes à emancipação feminina são as legais. Ao defenderem que a opressão feminina seria uma das primeiras, mais profundas e difundidas formas de opressão, as radicais veem o patriarcado como um sistema de opressão que permeia as instituições da sociedade para muito além da esfera legal.

Radicais e liberais também se diferenciam pelo fato de, enquanto as últimas afirmam a igualdade entre os gêneros, a ênfase das primeiras está na diferença, e na necessidade de valorização das características e experiências femininas, tradicionalmente inferiorizadas em sociedades patriarcais – argumento próximo ao já comentado “ponto de vista” de Tickner. Enquanto feministas liberais buscam oportunidades iguais para mulheres ascenderem a situações de privilégio definidos pela masculinidade, feministas radicais priorizam a autonomia e a liberação das mulheres em relação a normas masculinistas e heteronormativas – ou seja, desafiam o poder do gênero dentro do Estado e do sistema interestatal. A seu ver, no controle dos homens sobre o corpo das mulheres está a raiz da situação de opressão e desprivilegio. Tanto o controle ideológico (por meio de leis, como as que organizam o casamento) quanto prático (pela violência doméstica e sexual) sobre as mulheres seriam expressões de princípios masculinistas que dependem da e sustentam a inferiorização do feminino, enquanto valorizam o masculino e garantem aos homens melhores lugares na sociedade.

Radicais dedicam-se, logo, à investigação sobre como as experiências e atividades associadas às mulheres e ao corpo feminino são desvalorizadas e como a violência sexual é uma forma de controle das mulheres. Fenômenos próprios das RI também estão envolvidos nesse processo. Cynthia Enloe,¹⁶ por exemplo, constrói uma taxonomia dos casos de estupro militar e analisa as formas pelas quais o estupro se liga aos conflitos étnicos, a fim de ressaltar as relações existentes entre a violência sexual e a internacional.

O projeto político das radicais está na defesa da superioridade cultural dos valores femininos. Radicais afirmam que essa valorização carrega em si um potencial transformador da própria sociedade. “Elas argumentam em favor das ‘formas femininas de conhecer’. Enquanto o pensamento patriarcal é caracterizado por divisões e oposições, as formas femininas de conhecer têm procurado construir uma visão de mundo baseada em relações e conexões”.¹⁷ Deparamo-nos, dessa forma, com uma temática pós-positivista. Assim como em Kratochwil, estamos colocando em discussão o que foi definido como universal e unívoco na política e na ciência. No entanto, aqui, a base do argumento de que existem formas distintas de conhecer e tomar decisões são as teorias psicanalíticas que usam o gênero como categoria de análise. De acordo com essas teorias, meninos são socializados para visões objetivistas do mundo, a partir da diferenciação e separação desses de suas mães, enquanto meninas se mantêm identificadas com a figura materna, conformando suas “formas de conhecer” a partir de relações e conexões. Carole Gillian¹⁸ aborda como homens

¹⁶ ENLOE, 2000.

¹⁷ TICKNER, 2001, p. 14.

¹⁸ GILLIAN, 1982, apud Susan CARROLL e Linda ZERILLI, 1993.

e mulheres teriam diferentes concepções de justiça – homens se engajam na elaboração de concepções universalistas, enquanto mulheres possuem pensamento mais relacional e baseado em situações concretas. Essas visões são, no entanto, assim como discutido sobre Tickner, criticadas por seu essencialismo.

Uma outra interpretação feminista para as RI é a do feminismo socialista. Para as socialistas, as diferenças entre condições materiais de existência de homens e mulheres são a base da opressão feminina – a principal fonte do patriarcado é, assim, o controle dos homens sobre o trabalho feminino, principalmente o reprodutivo. Socialistas procuram mostrar como a separação entre o trabalho produtivo e o reprodutivo serve apenas a interesses masculinistas sob o capitalismo. A desvalorização e naturalização do trabalho reprodutivo das mulheres permite a organização do sistema capitalista tal como é. A consideração do trabalho reprodutivo como parte integrante e importante das atividades econômicas colocaria em xeque, por exemplo, a produtividade das grandes corporações, dependente do trabalho não reconhecido e muito menos remunerado que as mulheres fazem de manutenção do lar e criação dos filhos. A não remuneração do trabalho reprodutivo diminui o preço dos salários das mulheres, enquanto a revisão da importância social do trabalho doméstico nos levaria a uma revisão das ideias sobre políticas de assistência social. A consideração do valor do trabalho reprodutivo transformaria esse conceito, distanciando-o da ideia de que são “benefícios” oferecidos pelo governo e ressaltando como são essenciais à produtividade dos indivíduos.

Feministas socialistas são parte do grupo chamado “ponto de vista”. Para essas feministas, a percepção da realidade varia com a situação material do observador e, no caso das mulheres, sua situação material de desprivilégio permitira que elas tenham uma visão mais objetiva da realidade:

a posição subordinada das mulheres significa que essas, ao contrário dos homens (ou de alguns homens), não possuem interesse na mistificação da realidade a fim de reforçar o *status quo*; logo, há maior probabilidade que elas desenvolvam um entendimento mais claro, menos enviesado, do mundo.¹⁹

¹⁹ TICKNER, 2001, p. 17.

Como já mencionado anteriormente, o projeto do ponto de vista feminista em RI sofre fortes críticas ao longo da década de 90. A dúvida em relação à possibilidade de acumulação sistemática de conhecimento sobre as causas da opressão das mulheres é fruto da emergência da terceira

onda feminista, sustentada por feministas pós-coloniais, pós-estruturalistas e pós-modernas. Essas levantam dúvidas sobre a possibilidade de se construir um elenco fixo e determinado de causas estruturais para a opressão das mulheres. Para pesquisadoras pós-estruturalistas e pós-coloniais, as fontes de opressão são dinâmicas e complexas, em consonância com o dinamismo das relações sociais em geral, em constante estruturação, e não podem ser identificadas e fixadas como queriam as feministas de ponto de vista, principalmente se considerarmos o posicionamento específico, ocidental e branco, destas.

Como consequência, a teoria passa a considerar a inexistência de uma identidade feminina universal, um ponto de vista a ser identificado e que permitiria a categorização das mulheres e a sistematização de causas da sua opressão. A teoria feminista em RI se aproxima, cada vez mais, das questões ontológicas e epistemológicas das abordagens pós-positivistas. O discurso sobre o gênero como fonte complexa de organização de poder, instituições e hierarquias torna-se cada vez mais central para os Estudos de Gênero em Relações Internacionais.

As pós-modernas rejeitam a redução de mulher e gênero a categorias homogêneas. Nas palavras de Sandra Harding,

em certo sentido, não existem 'homens' e 'mulheres' no mundo – não há um 'gênero' – mas apenas indivíduos, mulheres e homens construídos por lutas históricas particulares sobre as quais raça, classe, sexualidade, culturas, grupos religiosos e assim por diante vão incidir no acesso a recursos e poder.²⁰

²⁰ HARDING apud PETERSON e RUNYAN, 1999, p. 29.

A delimitação das nossas experiências pelo gênero simplifica a identidade de indivíduos complexos, servindo à produção de interpretações usadas para organizar a sociedade hierarquicamente. Feministas pós-modernas vão, como outros analistas de Relações Internacionais, concentrar-se no uso de métodos genealógicos ou desconstrutivistas, para analisar as formas pelas quais se constroem as ligações entre o gênero e os fenômenos internacionais.²¹

²¹ PETERSON e RUNYAN, 1999, p. 175.

Seria de se esperar que o encontro entre dois campos amplos e diversos como os Estudos de Gênero e as Relações Internacionais desse margem a inúmeros conflitos e divergências, como, de fato, é o caso. As pós-modernas, críticas das feministas radicais e de ponto de vista, são, por sua vez, criticadas por essas. Aponta-se a tendência a se distanciar da realidade dos indivíduos, fechando-se excessivamente no debate sobre as construções discursivas da ciência. Esse fechamento distanciaria as pós-modernas do projeto emancipatório original dos Estudos de Gênero. A abstração

da crítica meta-teórica ignoraria os problemas de indivíduos concretos – indivíduos cuja melhora de vida é a razão de ser original da teoria feminista.

Feminismos pós-coloniais são também conhecidos como antirracistas ou anti-imperiais. A economia é importante fator explicativo para essa corrente, mas sua principal ênfase está na interseção entre imperialismo, colonialismo, capitalismo e racismo e a opressão das mulheres. As mulheres do Terceiro Mundo experimentariam formas particularmente agudas de opressão por causa dessas interrelações. As pós-coloniais desafiam a distinção entre o local e o global, afirmando que estruturas de dominação perpassam esses níveis e demonstrando como isso implica formas específicas e múltiplas de opressão para as mulheres do Terceiro Mundo – a maior parte dos mais pobres do planeta.

Existe, ainda, uma outra corrente, particular no seu modo de analisar os mecanismos que funcionam no apoio de estruturas hierárquicas e opressivas, as chamadas ecofeministas. Na interpretação das ecofeministas, toda opressão existe em um contínuo; toda exploração, seja ela expressa no uso insustentável dos recursos naturais, na violência doméstica ou em guerras totais, está inter-relacionada e é essencialmente a mesma, variando apenas em grau. As mulheres, associadas cultural e linguisticamente ao mundo natural, sofrem a forma de exploração primordial. Todas as outras formas de opressão, de alguma forma, estão modeladas a partir daquela experimentada pelas mulheres. A relação entre Estados, por exemplo, emularia essa opressão na medida em que Estados marginais ou “oprimidos” são feminilizados. Como consequência, todas essas relações de exploração acabam refletindo sobre as mulheres, que sofrem cargas acumuladas dessas explorações.

Ecofeministas vão defender a importância da substituição do ideal da autonomia – ideal masculinista que organiza todas as formas de exploração em um contínuo – pelo da interdependência. Uma visão que redefina a relação entre homens e mulheres, entre estes e a Terra, baseada em respeito, reconhecendo a interdependência inevitável entre todos, seria a forma de superar as diversas formas de opressão da nossa sociedade.

Resumindo, para Christine Sylvester,²² três são as formas pelas quais a teoria feminista contempla incluir a categoria gênero nos cânones da disciplina de RI. Em primeiro lugar, há a epistemologia feminista empiricista, cuja tarefa é reduzir o viés da disciplina. O ponto de vista feminista, segundo Sylvester, toma como pressuposto a existência de uma maneira particular de conhecer a realidade própria às mulheres, ligada às atividades reprodutivas que lhes são atribuídas caracteristicamente.

²² SYLVESTER, 1994.

Essas maneiras seriam comumente desvalorizadas e denegridas no campo científico por serem “instintivas”, “intuitivas” e/ou “emocionais”. Faria parte do projeto científico e político das feministas procurar incluir e dignificar essas formas de conhecimento, transformando-as em pontos de vista epistemológicos que desafiem e ofereçam alternativas aos atuais cânones teóricos, que reproduzem e mantêm os privilégios de certos grupos sociais.

Na interseção com as visões pós-positivistas, Sylvester identifica dois tipos de feminismo: o pós-modernismo feminista e o feminismo pós-moderno (“*feminist postmodernism and postmodern feminism*”) – ambos sendo tributários do pós-estruturalismo francês, que concebe a linguagem como uma força de construção e reconstrução de ordens simbólicas falocêntricas. O segundo tipo citado, feminismo pós-moderno, seria um ponto de negociação entre o pós-modernismo feminista, que interpreta a diferença sexual como função unicamente da linguagem, e o ponto de vista feminista, baseado firmemente na ideia da existência de mulheres “reais”, e um corpo de experiências femininas concretas, distintas e objetivas. Sylvester se propõe, na sua abordagem, a tentar o manejo de um dilema identificado por Enloe, em sua obra *Maneuvers*:²³ como focalizar mulheres e valorizar visões e experiências femininas, mantendo, ao mesmo tempo, uma desconfiança saudável, do ponto de vista pós-moderno, em relação a identidades de gênero que possam ser identificadas e fundamentadas em uma realidade biológica dos corpos?

²³ ENLOE, 2000.

Para Sylvester, localizações múltiplas de mulheres que o ponto de vista feminista alcançou, sem priorizar nem cristalizar nenhuma das várias experiências, seria parte da resposta. Reverberando, porém suavizando, os argumentos de Judith Butler,²⁴ o meio-termo seria a concessão da existência de subjetividades e identidades múltiplas para as mulheres. Sylvester junta-se aos críticos da virada pós-moderna ao se preocupar em temperar seu ceticismo sobre as categorizações universais com a preocupação em não apagar, junto com os ideais de “Homem” e “Mulher”, a existência de indivíduos “de carne e osso” que se situam e vivem em complexa relação com todas essas categorias sociais. A fim de reconciliar o ponto de vista feminista e pós-moderno, Sylvester propõe um projeto político-metodológico de “política de conversação empática”,

²⁴ Ver Judith BUTLER, 1993.

que nos ajuda a aprender quais são as vantagens e as limitações de nossas categorias identitárias herdadas e decidir sobre nossas identidades, política e preocupações diárias em vez de continuar a reproduzi-las ou rejeitá-las automaticamente porque vêm de fontes estabelecidas de autoridade.²⁵

²⁵ SYLVESTER, 1994, p. 12-13.

Epistemologicamente, a construção do conhecimento passa a ser dependente de contínuas conversações e negociações sobre o conhecimento. Poderíamos pensar o terceiro debate, ou mesmo a repetição da prática de debates paradigmáticos, em RI, como uma prática positiva, cujo objetivo não deve ser chegar a uma decisão definitiva sobre os termos da disciplina, mas a manutenção desse espaço permanente de negociações e conversações. Ao analisar os diversos debates que ocorreram na disciplina, contudo, Sylvester não crê que essa possibilidade de uso do terceiro debate para a cooperação empática está sendo realizada. Segundo a autora, o campo ainda se apegava a práticas de exclusão que não permitem às RI a realização do seu potencial, incluindo as experiências, corpos e lugares sociais daqueles que foram historicamente definidos como “outros” na teoria. Os movimentos teóricos que até hoje tiveram lugar expulsaram as mulheres das construções teóricas de RI – o livro de Sylvester se propõe à análise dos debates teóricos que construíram o campo como um “domínio masculino”. Uma vez que as mulheres foram suprimidas da teoria, a autora vê como objetivo da teoria feminista desestabilizar e subverter o campo – buscar as vozes femininas e as “formas femininas de conhecer” para ampliar o espaço ontológico da disciplina.

Conclusão

Comumente, diz-se que o fim da Guerra Fria haveria distanciado o sistema internacional das preocupações tradicionais de segurança e alta política, permitindo que assuntos da agenda dita “soft” tivessem sua importância para o campo ampliada. As abordagens feministas teriam, nesse contexto, com sua preocupação em identificar as margens do meio internacional, alcançado maior expressividade. Essa, no entanto, é só parte da explicação para a expansão das abordagens centradas no gênero. Como quisemos demonstrar, a variação no leque de temas que podem ser abordados pela teoria não é função apenas de mudanças históricas na constituição do sistema, mas dos instrumentos que usamos para dar sentido a ele. Tickner se opõe à ideia de que, com o terceiro debate e o fim da Guerra Fria, houve um movimento pela inclusão das mulheres em RI. Para a autora, as mulheres sempre estiveram inclusas no campo, mas encobertas pelas lentes usadas para estudá-lo. Em sua análise final sobre os desenvolvimentos recentes da disciplina, ela aponta, compatíveis com o uso do gênero como categoria de análise, as teorias de RI preocupadas com a justiça e a moralidade no sistema internacional, com a genealogia do surgimento histórico do Estado e com as

relações entre poder e conhecimento na organização da política estatal. O artigo procurou mostrar a possibilidade de interseções entre preocupações feministas e uma teoria de RI, pós-positivista, que seja capaz de mostrar as formas pelas quais as mulheres são inevitavelmente parte do campo e o gênero, uma categoria útil à análise de diversos fenômenos internacionais, ainda que tenhamos apenas recentemente nos dado conta disso.

Referências

- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero – Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- CARROLL, Susan, and ZERILLI, Linda M.G. "Feminist Challenges to Political Science". In: FINITER, Ada (ed.). *Political Science: The State of the Discipline II*. Washington, DC: APSA, 1993. p. 55-76.
- DER DERIAN, James. *Antidiplomacy: Spies, Terror, Speed and War*. Oxford: Blackwell, 1992.
- ENLOE, Cynthia. *Maneuvers – The Politics of Militarizing Women's Lives*. Berkley and Los Angeles: California University Press, 2000.
- GILLIAN, Carole. "In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development". Cambridge: Harvard University Press, 1982.
- KEOHANE, Robert O., and NYE, Joseph S. *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. London: Little Brown, 1997.
- MESSARI, Nizan; NOGUEIRA, João Pontes. *Teorias das Relações Internacionais – correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- ONUF, Nicholas. *World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations*. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.
- PETERSON, Spike V., and RUNYAN, Anne S. *Global Gender Issues – Dilemmas in World Politics*. Colorado: Westview Press, 1999.
- RUDDICK, Sarah. "From Maternal Thinking to Peace Politics". In: COLE, Eva Browning, and COULATRAP-MCQUIN, Susan (eds.). *Explorations in Feminist Ethics: Theory and Practice*. Bloomington: Indiana University Press, 1992. p. 141-155.
- SYLVESTER, Christine. *Feminist Theory and International Relations in Postmodern Era*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- _____. *Gendering World Politics – Issues and Approaches in the Post-Cold War Era*. New York: Columbia University Press, 2001.
- ZEHFUSS, Maja. *Constructivism in International Relations: The Politics of Reality*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

[Recebido em maio de 2011,
reapresentado em março de 2012
e aceito para publicação em maio de 2012]

Debate, Debates: Feminist Approaches to International Relations

Abstract: *The article collects and discusses feminist approaches to International Relations. The encounter between the fields of Gender Studies and International Relations dates back to a little over two decades, and represents a movement that was almost simultaneous to the beginning of what is called in the IR field the "third debate". In this sense, besides discussing the use of gender as a category of analysis for international relations, the article intends to argue that this use of gender in IR is closely connected to the critics to conventional IR theories that emerge in the context of the third debate.*

Key Words: *Gender; International Relations; International Relations Theory; Post-positivism.*